



ANÁLISE DE CONJUNTURA

INSTITUTO CULTIVA | 20 julho 2020

I. ANÁLISE DO CENÁRIO POLÍTICO

No dia 19 de julho, domingo, Bolsonaro faz uma aparição pública em que exhibe uma caixa de cloroquina e a mostra aos seus seguidores que por sua vez, faziam uma manifestação de apoio ao presidente, em frente ao Palácio da Alvorada, em Brasília. Até aquela data, já atingíamos a marca de 78.000 vidas perdidas para a Covid-19. No dia 7, Bolsonaro se manifestou dizendo que havia testado positivo para a doença e chegou a repetir durante esse pronunciamento o nome do medicamento 17 vezes. Em uma de suas famosas lives de quinta-feira, ele disse:

“Ainda tem estado, eu pedi para a Saúde levantar, que está proibindo a tal da cloroquina. A hidroxicloroquina. Tá proibindo. Se não tem alternativa, por que proibir? ‘Ah, não tem comprovação científica que seja eficaz.’ Mas também não tem comprovação científica que não tem comprovação eficaz. Nem que não tem, nem que tem”.

A fala revela ausência de clareza ao defender o uso do medicamento por parte do presidente da República. Vale ressaltar que o presidente testou positivo pela terceira vez agora em julho e que os estudos científicos que comprovam a eficácia no uso da cloroquina como tratamento à Covid-19 são inconsistentes. Enquanto isso, as mortes ocasionadas pela pandemia já ultrapassam em cem vezes a previsão de Bolsonaro.

Já havíamos observado um recuo do presidente nas redes sociais após a prisão de Fabrício Queiroz. Figura controversa que se tornou um pivô dentro dos escândalos envolvendo os supostos esquemas de “rachadinhas” que envolveram o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos) e que possui amizade com o presidente desde 1984.

Neste contexto, sobressaiu-se o protagonismo por parte do ministro da Fazenda Paulo Guedes que passou a atuar como se fosse o centro do comando do país.

Paulo Guedes anunciou em 6 de julho 4 grandes privatizações para os próximos 90 dias. Já no dia 22, pediu a empresários que apoiassem a criação da nova CPMF, avançando na direção da Reforma Tributária.

Outra pauta que retornou com o ministro da Fazenda foi o debate sobre a Carteira Verde Amarela, que objetiva registrar apenas as horas trabalhadas por serviços prestados pelo trabalhador, podendo ser assinalada por vários empregadores ao mesmo tempo. Dessa forma, não haverá a cobrança de encargos trabalhistas, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da contribuição previdenciária. A proposta de Guedes é posta dentro de uma

perspectiva em que o aumento do desemprego vem em uma crescente durante a pandemia e que isso se torna uma estratégia para flexibilizar ainda mais as relações trabalhistas e retirar direitos dos trabalhadores. Paulo Guedes se mostra o mais bolsonarista dentre os ministros, apesar de ser conhecido como “técnico” e de uma ala menos ideologizada. Ele dialoga tanto com as forças conservadoras do governo e da sociedade quanto servir como um embaixador do capital financeiro, do rentismo, dos bancos e da financeirização do mercado.

Por outro lado, Paulo Guedes quis realizar alterações na PEC do Fundeb, mas sofreu uma derrota avassaladora dentro do Congresso. Votada em 2 turnos, a aprovação foi de 499 votos a favor contra 7 no primeiro turno e de 492 a 6 no segundo. Assim, 24 unidades da Federação receberão aporte da União. Esses recursos são aplicados por estados e municípios para a remuneração de profissionais da educação, para transporte escolar, para a obtenção de equipamentos e material didático, para a construção e manutenção de escolas, previstos no artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

ANÁLISES CONJUNTURAIS COMPARATIVAS E CONCEITUAÇÕES

Em abril, tínhamos ao todo 29 pedidos de impeachment enviados ao presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM). Com esse número, Bolsonaro se assemelhava a Fernando Collor. Até o presente momento, 52 foram os pedidos de impeachment devidamente protocolados, sendo apenas 1 arquivado, alguns rejeitados e outros retirados pelos próprios autores. Assim, temos de acordo com o site www.apublica.org/impeachment-bolsonaro/ um total de 47 pedidos de impeachment contra Bolsonaro. Ele se torna o segundo presidente na recente democracia brasileira em número de pedidos de impeachment, ficando atrás apenas de Dilma Rousseff.

Ainda em abril, fora assinalado o apoio dado a Bolsonaro por parte do empresariado brasileiro, representado pela FIESP. Vale lembrar que essa mesma instituição foi um ator que pendeu na balança contra Dilma em 2016. Já o grupo dos empresários brasileiros conhecido como Brasil 200, demonstrava até abril um forte apoio a Bolsonaro, mas que de lá para cá, começou a se esgarçar e a dividir opiniões internas. Isso pode ser um indicativo que parte do apoio à Bolsonaro por parte do empresariado, pelas elites e pela classe média começa a ruir, motivados pelas saídas dos ex-ministros Sérgio Moro e Luiz Henrique Mandetta e pela desarticulação do governo federal em relação à pandemia da Covid-19.

Em maio, essa mesma consultoria apresentou o conceito do carro de Jagrená, segundo o sociólogo e pensador contemporâneo Anthony Giddens. Naquela análise, foi tecido um paralelo entre o carro de Jagrená e os Bolsonaro e de como

esse núcleo familiar se comporta dentro do governo e de como isso impacta a nossa democracia. Um outro paralelo foi construído entre o carro de Jagrená e os ministros em que víamos uma verdadeira “dança das cadeiras”, dada a alternância de ministros durante essa administração e de uma possível divisão entre ministros ideologizados e ministros militares.

O que se percebe agora é que ao contrário de maio, a linha fronteira entre a ala ideologizada e a ala militar de fato não existe ou é muito tênue. Isso sendo observado por ambas demonstrarem um alinhamento que se apoia na visão de mundo peculiar de Bolsonaro e que já se torna um embrião de algo que pode ser chamado de pensamento bolsonarista. Pensamento esse que não precisa mais da figura de Bolsonaro para existir. O pensamento bolsonarista se tornou um verdadeiro carro de Jagrená (com todas as suas engrenagens, peças, componentes, alegorias, assentos, maquinários e adereços). Os ministros da ala ideologizada já manifestavam desde o início desse mandato as suas opiniões controversas e polêmicas.

Já os ministros da ala militarizada seguem as ordens do presidente como se ainda estivessem na caserna. Eles lutam numa guerra ideológica abstrata apoiada no pensamento da Doutrina de Segurança Nacional que, por sua vez, consistia em eliminar os “inimigos do regime”. Para isso, um “inimigo interno” é escolhido como um pastiche da Guerra Fria em que o comunismo era a grande “ameaça”. Após a queda do regime soviético, o combate passou a se contra o “terrorismo muçulmano” e no momento atual, o inimigo passa a ser a China. O “inimigo interno” passa a ser uma “nova ameaça comunista”, representada pelo “marxismo cultural” e pela “ideologia de gênero”.

Em junho, essa análise tratou dos conceitos de populismo e de fascismo a partir das concepções teóricas de Norberto Bobbio. Naquela análise, reconhecemos elementos da figura de Bolsonaro e do pensamento bolsonarista que se intercalam e se inserem dentro de um populismo de direita e de um diálogo com o pensamento fascista. Acrescentamos um outro elemento que pode ampliar ainda mais a nossa visão de mundo sobre o que representa a figura de Bolsonaro no poder: o discurso carismático.

Em Max Weber, a dominação carismática se dá através da capacidade que um líder possui para mobilizar as massas e as comandar. Nesse caso, os “súditos” e “comandados” se tornam devotos do líder carismático não apenas por sua personalidade de liderança, mas também por meio da crença e da fé. Esse suposto líder carismático é o detentor de uma força mística que faz com que os seguidores coloquem a esperança de mudança ou de uma ação justa e correta por parte do líder carismático. Não existe para Max Weber, nenhuma necessidade de que o

líder carismático possui competência para exercer o poder e segundo o autor, essa passa a ser a forma de dominação mais instável que existe, pois, os “súditos” podem perder de uma hora para outra o encanto pelo líder carismático. Para Weber, o líder carismático pode se apresentar como herói, como profeta ou como demagogo (que se apresenta como igual aos súditos, embora esteja num cargo mais elevado para representá-los e para enfrentar as elites).

Passemos a observar agora dois elementos que pendem na balança mundial e nacional, que são a pandemia e a crise composta. A crise composta agrega um conjunto de crises: uma crise sanitária; uma crise social; uma crise econômica; uma crise civilizatória. A tendência geral é a preocupação com a crise econômica tanto global quanto local, entretanto essas crises, ou melhor, a mega crise se espalha na velocidade da pandemia e cria também, epicentros em pontos distintos do globo.

Medidas de contenção para a pandemia são criadas em governos de todo o mundo, uns mais ou menos eficazes que outros. Porém, a mega crise se propaga como um tsunami ou como um verdadeiro carro de Jagrená. Enquanto uma crise sanitária se consolida, essa por sua vez expõe as veias de uma crise social que respinga em uma crise econômica (que já estava por aqui desde 2008 e que vez ou outra se manifesta) e culmina em uma crise civilizatória. Chamo atenção para essa última pois ainda não temos como medir quão profundas as crises anteriores podem nos atingir e os danos a longo prazo podem de fato representar uma crise no chamado mundo civilizado jamais vista.

A mega crise se move como um carro de Jagrená e por medidas que se concentram em resolver uma crise ou outra, a mega crise se alastra e faz irromper crises cada vez mais intensas. Em alguns momentos, uma determinada crise pode se comportar de forma assintomática, mas em outros, essa ou aquela crise transporta a mega crise para níveis pouco conhecidos. A pandemia e a mega crise representam inúmeras perdas, que são: de vidas, de liberdades individuais e coletivas, de relações comerciais e empresariais, de modos de produção, de regimes de trabalho, de equilíbrio no sistema econômico global, de soberania e de autonomia nacional perante outros Estados.

2. ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO

A luta pela narrativa é decisiva em tempos tão turbulentos. Uma ideia que ressoa nas vozes da multidão pode tomar de assalto as disputas políticas e econômicas. E, no Brasil com profundos gargalos na sua democratização, na comunicação, na cultura e na política sempre foram movidas pelo monopólio do discurso. As elites brasileiras, tomadas por um egoísmo predatório, nunca tiveram um senso de *res publica*, nunca elaboraram um projeto de grandeza nacional. A ideologia do discurso da elite brasileira sempre foi primeiro estabilizar, depois crescer, e depois distribuir.

EUA e Brasil, alguns dos que seguiram essa cartilha nos últimos anos ostentam o maior número de mortos devido a COVID-19.

A expansão do vírus também iluminou o desmantelamento e a privatização da saúde pública - resultado de décadas de neoliberalismo -, bem como a crescente precariedade do trabalho e as condições de vida e qualidade de vida das pessoas. A pandemia mostrou o fracasso retumbante das políticas neoliberais para combater efetivamente as crises sociais e de saúde. Finalmente, a situação atual questiona os efeitos, ações e desafios que esses processos colocam para os movimentos das pessoas e as alternativas que elas estão criando.

AS ORIENTAÇÕES DE PAULO GUEDES E A RENDA BÁSICA

O Ministro da Economia, Paulo Guedes, decidiu enviar a primeira fase da reforma tributária na tentativa de reduzir críticas sobre o atraso do governo para entrar no debate. De um lado Mourão afirma que um imposto nos moldes da CPMF terá de ser debatido mais cedo ou mais tarde, do outro o presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, afirma em entrevista neste mês de julho a FEBRABAN que os governos se preocuparam muito com a pandemia e menos com os bancos: “precisa liberar a economia, deixar as pessoas voltarem a trabalhar”¹.

O presidente do BB disse que o banco já liberou R\$ 182 bilhões em crédito desde meados de março, quando estourou a pandemia de covid-19 no país. De acordo com o executivo, o volume se divide entre R\$ 94 bilhões relativos a novas operações de crédito e R\$ 88 bilhões em renovações e repactuações de contratos.

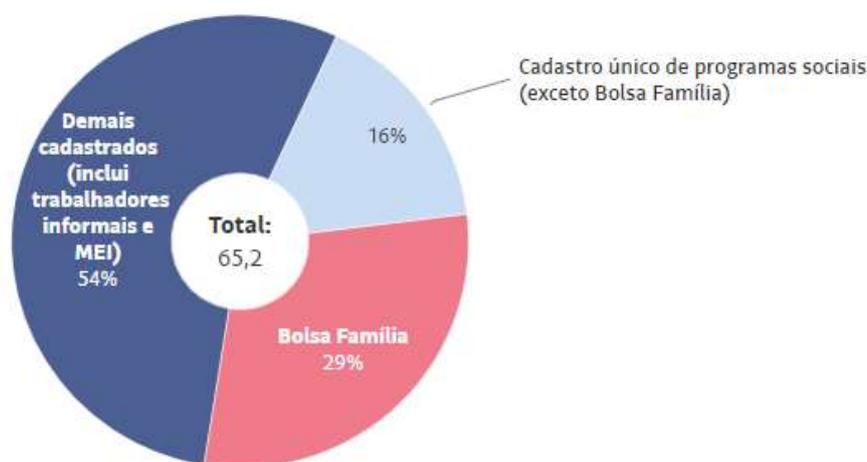
¹ <https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/07/17/tenho-medo-de-uma-reforma-tributaria-muito-ambiciosa-diz-presidente-do-bb.ghtml>

O endividamento das pessoas, o governo se preocupar com reformas de cunho neoliberais como a reforma tributária e os desempregos em escalada brutal aprofundam a única narrativa permanente da história brasileira a desigualdade.

Num contraponto justo ao aprofundamento da fome e da miséria a renda básica que necessita ser expandida em valor e em população, sofre já perseguição do governo com a unificação do Renda Brasil.

Quantidade de cadastrados no auxílio emergencial

Em milhões



Fonte: Caixa (para dados do auxílio emergencial)

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos, lançou seu boletim sobre os primeiros impactos da pandemia no mercado de trabalho:

- ✓ 18,5 milhões de brasileiros não trabalharam e não procuraram ocupação devido à pandemia
- ✓ 19 milhões de pessoas foram afastadas do trabalho e 30 milhões tiveram alguma redução no rendimento do trabalho
- ✓ As perdas de rendimento foram maiores entre os ocupados dos serviços, do comércio e da construção e entre os trabalhadores informais
- ✓ As perdas de rendimento foram expressivas também entre os ocupados em serviços essenciais na pandemia, como os entregadores e os trabalhadores da saúde e da limpeza
- ✓ O auxílio emergencial tem sido essencial para cobrir boa parte da perda de rendimento. Em maio, 26,3 milhões de brasileiros declararam não ter trabalhado nem procurado trabalho, mas que gostariam de estar

trabalhando. Entre eles, 18,5 milhões afirmaram estar nessa situação por causa da pandemia.

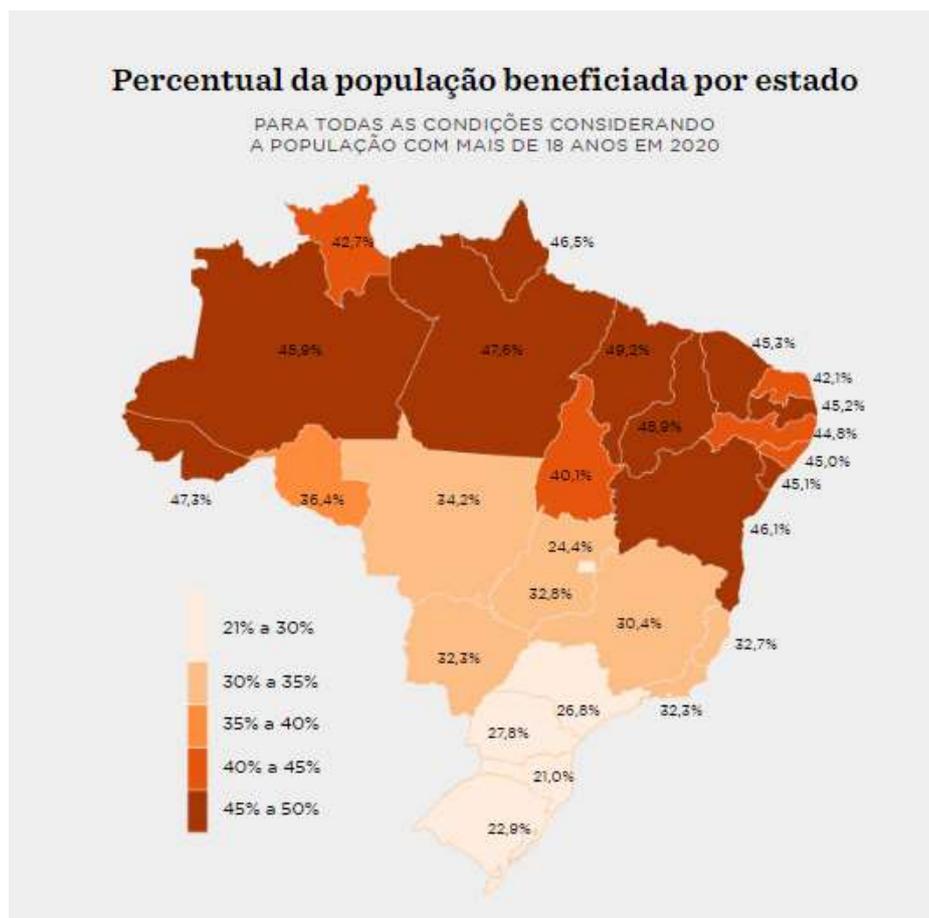
- ✓ Do total de ocupados, 19,0 milhões estavam afastados do trabalho. Desses, 15,7 milhões disseram que o motivo do afastamento era a pandemia, e;
- ✓ 9,7 milhões relataram ter deixado de receber remuneração.

No Congresso Nacional começa a tomar corpo a iniciativa de uma frente parlamentar dedicada a defesa da Renda Básica. Nas próximas semanas haverá intensas disputas sobre o formato dessa política permanente, com alguns atores no Congresso e no Ministério da Economia defendendo propostas inaceitáveis que envolvem o corte de outros direitos e de programas sociais.

A Renda Brasil, segundo a Folha², virá acompanhada de uma nova tentativa de instituir a capitalização individual, como novo regime da Previdência. Cada trabalhador será o único responsável por garantir sua própria aposentadoria. Tanto os empregadores quanto o Estado, que hoje contribuem para o sistema, serão “liberados”. A consequência será, obviamente, a quebra financeira do INSS. Na nova configuração, os benefícios serão muito menores. Tanto que o Estado atuará apenas para “garantir uma complementação para quem não conseguir atingir o salário mínimo como valor da aposentadoria.” O que hoje é o piso dos benefícios passará a ser o teto.

A segunda explosão atômica pretendida pelo ministro atingirá as relações de trabalho. Há tempos, Guedes defende a “carteira verde e amarela”, que reduz direitos laborais. Agora, radicalizou: passou a defender contratação por hora, e não mais por mês. Ao invés de se comprometerem a pagar um salário mensal, os empregadores poderão, na visão do ministro, contratar os trabalhadores apenas por períodos em que forem estritamente necessários.

² <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/governo-vira-refem-do-auxilio-emergencial-e-cria-forca-tarefa-para-agilizar-renda-brasil.shtml>

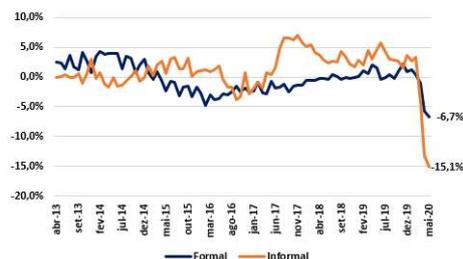


A SITUAÇÃO DO TRABALHO

O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda foi instituído pelo Governo Federal, através do Ministério da Economia, por meio da **Medida Provisória No 936**³, ostenta em seu site que foram, até a escrita desta análise de conjuntura, mais de 13 milhões de empregos foram preservados, porém a taxa de crescimento da população ocupada alocada em ocupações formais e informais caiu drasticamente segundo informa PNAD continua, conforme gráfica da Fundação Getúlio Vargas, do seu observatório de finanças:

³ <https://servicos.mte.gov.br/bem/>

Gráfico 4: Taxa de crescimento da população ocupada alocada em ocupações formais e informais (em % e em relação ao mesmo mês do ano anterior) – Brasil. [5]



Elaboração do IBRE com base nos dados da Pnad Continua/IBGE (dados mensalizados).

O avanço da pandemia do coronavírus, no entanto, levou a uma forte destruição do emprego informal, ainda mais elevada do que a ocorrida no formal. Este último apresentou uma forte queda de 6,7% em maio de 2020, quando comparado com o mesmo mês do ano anterior.

Já a população ocupada no setor informal, que em fevereiro de 2020 havia crescido 3,3%, apresentou em março queda de 4% em relação ao mesmo mês do ano anterior, além de nova queda, de 13,1%, em abril, chegando, finalmente, ao patamar de queda de 15,1% em maio de 2020. Evidencia-se, assim, que a pandemia do coronavírus, de fato, destruiu mais ocupações no mercado de trabalho informal da economia.

Os dados apresentados mostram as principais causas que levaram ao esgotamento do mercado de trabalho desde o início da pandemia do coronavírus. A queda generalizada atingiu os principais setores da economia, em especial a indústria e o setor de serviços, bem como as ocupações informais, por meio de fortes reduções no emprego dos trabalhadores que trabalham sem carteira assinada e que trabalham por conta própria.

Em Maricá, no Rio de Janeiro, por exemplo, município de 161.000 habitantes a apenas 60 quilômetros da capital Rio de Janeiro, ela se chama *mumbuca*, uma moeda digital criada pela Prefeitura para circular apenas localmente e que não pode ser convertida para reais. Chega nas mãos de pessoas como Luciana de Souza Nunes, de 38 anos, através do programa Renda Básica da Cidadania (RBC) do município.

O governo publicou em 14 de julho de 2020 uma portaria em que altera as regras para recontratação de funcionários por uma mesma empresa. A portaria só vale enquanto durar a calamidade pública, decretada por conta da pandemia.

A nova regra permite que uma empresa que demitiu um empregado sem justa causa poderá recontratá-lo sem necessidade de cumprir o prazo de 90 dias. Antes da portaria, era preciso esperar esse período antes de firmar um novo contrato. Como a calamidade pública começou ainda no final de março, a nova portaria também se aplica a quem foi demitido antes de sua publicação.

Segundo a portaria, os termos do novo contrato não podem ser diferentes do anterior. Ou seja, o salário, a jornada e os benefícios devem ser os mesmos. Não será possível recontratar com salários menores.

Há, no entanto, uma exceção. Os termos poderão ser alterados (e, portanto, reduzidos) apenas se houver, antes, uma negociação coletiva envolvendo o sindicato da categoria.

A medida vale enquanto durar o período de calamidade. A princípio, esse momento tem data marcada para acabar em 31 de dezembro de 2020 – mas pode ser revogado ou prorrogado. Por ora, não há indicativos de que o prazo da calamidade será alterado.

Em novembro de 2019, pouco após a aprovação da reforma da Previdência, o governo editou uma medida provisória lançando o programa de emprego Verde Amarelo. A ação, idealizada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, pretendia estimular a criação de postos de trabalho para jovens de 18 a 29 anos de idade que nunca haviam trabalhado com carteira assinada.

Resumidamente, a medida incentivava a contratação de jovens com salário de até um salário mínimo e meio (em torno de R\$ 1.500). Esse incentivo era feito via desoneração da folha – redução dos encargos da folha salarial, o que diminuiria os custos de contratação para os empregadores. A desoneração em cada contrato teria duração de dois anos, e seria bancada pela cobrança de uma contribuição previdenciária sobre os beneficiários do seguro-desemprego.

Além disso, quem fosse contratado com carteira verde amarela receberia menor contribuição patronal ao FGTS. Apesar da redução nos benefícios ligados ao FGTS, o programa previa que outros direitos da tradicional “carteira azul” – como férias, aposentadoria e 13º salário – fossem preservados na carteira verde amarela.

O Programa Verde Amarelo também trazia outras medidas mais amplas. Por exemplo, o trabalho aos domingos seria flexibilizado para trabalhadores de todas as categorias. O fim do programa verde amarelo não está diretamente ligado à pandemia – apesar de sua tramitação ter ficado para trás na agenda do Congresso após a eclosão da crise de saúde. Mas o vencimento do texto foi sacramentado após a chegada do coronavírus.

A meta original do programa era gerar 1,8 milhão de empregos. No entanto, a modalidade verde amarela de trabalho teve baixa adesão, criando apenas 13 mil empregos até abril de 2020.

Por ter sido publicado em medida provisória, o programa Verde Amarelo tinha data de validade. A matéria foi aprovada na Câmara com mudanças, mas não foi votada a tempo pelo Senado. Os senadores consideraram o tema complexo e pouco prioritário diante da gravidade da pandemia. Como resultado, a medida provisória da carteira verde amarela, publicada antes da crise sanitária, caducou em 20 de abril.

O equilíbrio fiscal e a redução da dívida pública também devem ser alcançados por outros caminhos. Combatendo a sonegação, cobrando, com rigor e competência, centenas de bilhões de reais inscritos na dívida pública. Revisando e cancelando imunidades, isenções, desonerações e benesses tributárias, algumas desnecessárias ou injustificáveis. Instituído taxaço sobre grandes fortunas. Cobrando mais dos mais ricos e aliviando os cidadãos de baixa renda em obediência ao princípio da capacidade contributiva. Menos impostos sobre o consumo essencial e maior oneração do patrimônio e da renda.

3. ANÁLISE DA CONJUNTURA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

EM COMPASSO DE CAMPANHA ELEITORAL

Os partidos políticos já se preparam para o processo eleitoral após a definição do novo calendário definido pelo Congresso Nacional. Por esta definição, as eleições municipais, em primeiro turno, ocorrerão no dia 15 de novembro.

Este novo cronograma abriu a temporada de prévias e processos de organização de chapas, coligações e convenções partidárias. Em diversas localidades, a definição de nomes e início da organização de grupos de apoio e elaboração de programas de governo já são iniciativas conhecidas pelos cidadãos. Pesquisas oficiais ou internas já começam a circular nos meios políticos.

O foco nas eleições aprofundou a ausência dos partidos nas mobilizações sociais e políticas neste momento. O que já era sentido como uma lacuna importante no cenário político, agora parece consolidado: nosso sistema partidário, incluindo o espectro ideológico à esquerda, não tem seus olhos focalizando a conjuntura social e o cotidiano dos mais pobres. O foco é a manutenção ou ampliação do poder institucional.

O novo calendário ficou assim estabelecido:

- A partir de 11 de agosto: emissoras ficam proibidas de transmitir programa apresentado ou comentado por pré-candidato, sob pena de cancelamento do registro do beneficiário;
- 31 de agosto a 16 de setembro: período destinado às convenções partidárias e à definição sobre coligações;
- 26 de setembro: prazo para registro das candidaturas;
- A partir de 26 de setembro: prazo para que a Justiça Eleitoral convoque partidos e representação das emissoras de rádio e TV para elaborarem plano de mídia;
- Após 26 de setembro: início da propaganda eleitoral, também na internet;
- 27 de outubro: prazo para partidos políticos, coligações e candidatos divulgarem relatório discriminando as transferências do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (Fundo Eleitoral), os recursos em dinheiro e os estimáveis em dinheiro recebidos, bem como os gastos realizados;
- 15 de novembro: primeiro turno da eleição;
- 29 de novembro: segundo turno da eleição;
- Até 15 de dezembro: para o encaminhamento à Justiça Eleitoral do conjunto das prestações de contas de campanha dos candidatos e dos partidos políticos, relativamente ao primeiro turno e, onde houver, ao segundo turno das eleições;
- Até 18 de dezembro: será realizada a diplomação dos candidatos eleitos em todo país, salvo nos casos em que as eleições ainda não tiverem sido realizadas.

GREVE DOS ENTREGADORES DE APLICATIVOS

Uma grande novidade já na surpreendente política brasileira foi a greve nacional dos entregadores dos aplicativos no dia 1º de julho de 2020. A adesão dos entregadores dos aplicativos nas grandes cidades brasileiras foi em massa. As imagens dos entregadores circulando coletivamente pelas cidades brasileiras como forma de protesto foi uma demonstração clara de força de uma nova “classe trabalhadora” que está surgindo. Sem direito algum trabalhista assegurado e sem “patrão”.

A greve foi toda organizada e convocada pela internet⁴. Ficou conhecida como “breque dos apps”. A greve não tem uma liderança organizando os atos, isso é outra grande novidade. Não há um líder, partido ou central sindical. Os “motocas”, como gostam de ser chamados, desligaram suas motos como forma de protesto. O recado é bem claro: o ato não é fruto de uma associação ou entidade sindical.

A crise da pandemia causada pelo coronavírus gerou uma valorização do trabalho dos entregadores, que passou a ser considerado “atividade essencial”. Os entregadores foram vitais para o isolamento social, ligando as pessoas em quarentena em suas casas a itens como comida e produtos em geral. Ao mesmo tempo, a pandemia também diminuiu o poder de negociação, por causa do aumento do desemprego em massa.

“Trabalhar com fome no estômago e carregar comida nas costas é uma tortura”, diz Paulo Lima, apelidado de “Galo”. Típico morador das periferias brasileiras, Galo atravessa, todos os dias, São Paulo de ponta a ponta em cima de sua moto para realizar as entregas das maiores aplicações de delivery de comida do Brasil: Uber Eats, iFood e Rappi. Galo sente fome enquanto carrega lagostas que ele “nunca pode comer” e inala o cheiro de pratos reservados para as classes média e alta paulistas.

⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/protesto-de-entregadores-comeca-com-cerca-de-1000-motoboys-na-marginal-pinheiros.shtml>



Segundo um estudo da associação Aliança Bike⁵, os entregadores brasileiros ganham em média R\$ 992,00 reais por mês, trabalhando doze horas por dia. Nos sete dias da semana. São 6 reais a menos que o salário mínimo brasileiro. Antes da epidemia do novo coronavírus, havia aproximadamente quatro milhões de entregadores de motos e bicicletas no país. Para Galo, sua luta começa exigindo o básico: comida e proteção adaptadas à pandemia.

Tudo começa em seu aniversário de 31 anos. "E o ritmo está se acelerando: quanto menos ganhamos, mais corremos após as entregas". Naquele dia, quando realizava uma entrega com a moto que ainda não havia terminado de pagar, seu pneu explodiu. Não foi possível concluir a entrega. Ele ligou para a Uber para explicar a situação e o responsável pelo aplicativo garantiu que ele não sofreria retaliações. Mas, no dia seguinte, ele foi bloqueado no aplicativo. "Eu queria denunciar essa injustiça." Ele fez um vídeo que viralizou nas redes sociais. Esse foi o começo inusitado de um novo modelo de organização e mobilização. Para Galo⁶, pode estar surgindo uma nova consciência de classe devido à exploração demasiada dos aplicativos e suas relações de trabalho, pois todo custo do trabalho é repassado ao trabalhador. Gasolina, internet e alimentação são arcadas pelo próprio entregador dos aplicativos.

⁵ <http://aliancabike.org.br/pesquisa-de-perfil-dos-entregadores-ciclistas-de-aplicativo/>

⁶ <https://revistatrip.uol.com.br/trip/a-luta-antifascista-dos-entregadores-de-aplicativos>

4. ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E IMPACTOS SOBRE SERVIDORES PÚBLICOS

A estabilidade da curva de contaminação no Brasil com altas de mortes diária: uma normalização da pandemia?

O número de óbitos confirmados de vítimas da Covid-19 no Brasil chegou em 79.488 em 19/07, representando um aumento de mais de 60% se considerados os óbitos que o país tinha na mesma data em junho (19/06 havia 48.954 vítimas). Em 05/07 foram registrados 602 óbitos, sendo que logo em seguida superaríamos a marca de 1.000 mortes diárias pela pandemia. Em três semanas, a curva de contaminação parece ter chegado a uma estabilidade, mas não decrescente, atingindo o que alguns passaram a denominar de “platô” contabilizando altos índices de mortes e de contaminados (que já somam mais de 2 milhões)⁷.

Neste cenário devastador, o Ministério da Saúde completou mais de dois meses sem um ministro. A pasta está sendo coordenada pelo ministro interino, general Eduardo Pazuello. De acordo com informações divulgadas pelo site *El País*⁸ em 13 de julho, o esvaziamento técnico e a ausência de ações coordenadas a nível nacional têm levado os municípios e estados a tomarem cada qual as suas medidas, uma vez que não há uma estratégia nacional definida. O Ministério da Saúde, conforme publicado na matéria do *El País*, teria se tornado “essencialmente um receptor da demanda posta pelos gestores locais, que frequentemente pedem o envio de respiradores, medicamentos e testes para tratar pacientes infectados”.

Em 16 de julho a Fiocruz recebeu ofício do Ministério da Saúde, datado de 29 de junho, no qual “orienta” que a instituição “dê ampla divulgação ao tratamento com uso de cloroquina e hidroxicloroquina como medicamentos que podem ser utilizados nos primeiros dias de sintomas de Covid-19”, o que contraria estudos e pesquisas que já apontaram que o medicamento não se mostrou eficaz ao

7. Ministério da Saúde. Painel Coronavírus. Atualizado em: 13/06/2020 18:40. Acesso em 19 de julho de 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

8 “Máscara ideológica” e outras contradições de um Ministério da Saúde militarizado. Acesso em 15 de julho de 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-13/mascara-ideologica-e-outras-contradicoes-de-um-ministerio-da-saude-militarizado.html>

tratamento da Covid-19 em diferentes perfil de pacientes⁹. Devido aos efeitos colaterais há casos que podem ser até agravados. O Conselho Nacional de Saúde, corroborou a posição da Fiocruz de que a possível prescrição do medicamento é de competência técnica dos médicos e que necessita de embasamento científico¹⁰.

Outro fator destacado foi a escassez de medicamentos, especialmente, aqueles destinados à sedação e bloqueadores neuromusculares para pacientes em tratamento de Covid-19 que precisam ser intubados. A crise de medicamentos já tinha sido anunciada em junho ao Ministério da Saúde, quando este recebeu a demanda de secretários de saúde de diversos municípios e estados de todo o país. A listagem dos medicamentos em falta dizia respeito às substâncias que compõem os protocolos de tratamento dos pacientes infectados com o novo coronavírus no SUS¹¹. Somente no final de junho o Ministério da Saúde começou a atender as demandas apresentadas. No Rio Grande do Sul somente em 17 de julho chegou a primeira carga de medicamentos comprados do Uruguai pelo Ministério da Saúde, ou seja, três semanas depois que a escassez foi constatada pelo estado gaúcho¹².

Se em alguns estados o número de óbitos começou a reduzir, na maioria do país os números da contaminação e de óbitos permanecem estáveis e altos. De acordo com mapeamento construído a partir de dados das secretarias estaduais de saúde e divulgado pelo consórcio de veículos da imprensa em 19 de julho¹³, seis estados apresentam queda no número de óbitos, são eles: Rio de Janeiro, Amazonas,

⁹ Ministério da Saúde pede à Fiocruz que divulgue cloroquina como tratamento precoce de Covid-19. Acesso em 19 de julho de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/16/ministerio-da-saude-pede-a-fiocruz-que-divulgue-cloroquina-como-tratamento-precoce-de-covid-19.ghtml>

¹⁰ CNS reforça posição da Fiocruz sobre uso da cloroquina em casos leves de Covid-19. Acesso em 19 de julho de 2020. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1274-cns-reforca-posicao-da-fiocruz-sobre-uso-da-cloroquina-em-casos-leves-de-covid-19>

¹¹SUS enfrenta grave crise com falta de medicamentos para Covid-19. Acesso em 19 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.ictq.com.br/politica-farmaceutica/1726-sus-enfrenta-grave-crise-com-falta-de-medicamentos-para-covid-19>

¹² Estado recebe anestésicos comprados pelo MS no Uruguai para reabastecer UTIs. Acesso em 19 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.jornalnordeste.com.br/noticia/saude/estado-recebe-anesteticos-comprados-pelo-ms-no-uruguai-para-reabastecer-utis>

¹³Brasil tem média de 1.046 mortes por dia por coronavírus na última semana; 8 estados mais DF têm alta de mortes, mostra consórcio de veículos de imprensa. Acesso em 19 de julho de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/18/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-18-de-julho-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>

Roraima, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe. Em situação de estabilidade, ou seja, em que o número de óbitos teve uma variação de 15% para mais ou para menos estão os seguintes estados: Espírito Santo, São Paulo, Distrito Federal, Mato Grosso, Acre, Amapá, Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Em alta de óbitos estão Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará e Tocantins.

A discussão de renda básica de cidadania no Brasil

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) com foco na pandemia do novo coronavírus realizada pelo IBGE, por telefone, entre o início de maio e final de junho divulgou, no dia 17 de julho, que o número de desempregados, neste período de sete semanas de pesquisa, teve alta de 26%¹⁴. Este aumento representa 12.428 milhões de pessoas que se encontravam desempregadas na quarta semana de junho (21 a 27). As regiões Sudeste e Nordeste são as que registraram as maiores altas no percentual de desempregados neste período de sete semanas (3 de maio a 27 de junho), com aumento de 31% e 29%, respectivamente.

De acordo com a Rede de Pesquisa Solidária os números do desemprego podem ser ainda maiores se considerados o desemprego oculto pelo distanciamento social e o desemprego aberto pela pandemia. O que os pesquisadores destacam que as diferenças entre os extremos da distribuição de renda fazem com que os impactos do desemprego atinjam os mais pobres¹⁵. Ainda de acordo com a PNAD Covid, a renda média das famílias brasileiras caiu R\$ 250, tendo como principal fator a queda da renda do trabalho, principalmente por conta da queda da renda do trabalho. Sem o acesso ao auxílio emergencial (de R\$ 600,00) a queda na renda teria sido de 40% e a taxa de pobreza chegaria a 30%.

O Programa de Manutenção do Emprego e Renda (PEMER) foi prorrogado pelo governo federal, passando de 90 para 120 dias a possibilidade de suspensão ou redução da jornada de trabalho¹⁶. A MP 936/2020 foi convertida na Lei nº 14.020

¹⁴ Número de desempregados diante da pandemia tem alta de 26% em sete semanas, diz IBGE. Acesso em 19 de julho de 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/17/desemprego-diante-da-pandemia-volta-a-ter-alta-apos-leve-queda-aponta-ibge.ghtml>

¹⁵ Situação dramática do desemprego na pandemia está oculta nos indicadores oficiais. Acesso em 19 de julho de 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/situacao-dramatica-do-desemprego-na-pandemia-esta-oculta-nos-indicadores-oficiais/>

¹⁶ Programa Emergencial de Manutenção do Emprego é prorrogado. Acesso em 18 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e->

de 6 de julho de 2020¹⁷ a ser aplicada durante o estado de calamidade pública ocasionada pela pandemia. Porém o PEMER não será suficiente para conter a crise, o que tem levado à discussão da necessidade de implementação de renda básica de cidadania no Brasil.

Renda Brasil é o programa anunciado recentemente pelo governo federal para ampliação das políticas de transferência de renda, o que inclui hoje como principal ação o Bolsa Família. A lei da renda básica da cidadania já existe, trata-se Lei Nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004, que nasceu de um projeto de lei do senador à época Eduardo Suplicy¹⁸.

O principal desafio para implementação de uma renda básica de cidadania está nas questões orçamentárias. O ministro da economia Paulo Guedes propõe para aumentar a arrecadação do governo a criação de um imposto sobre pagamentos digitais, aproveitando o crescimento do comércio eletrônico. Além disso, no projeto de reforma tributária entraria uma proposta para unir os tributos federais PIS-Pasep e Cofins em um único encargo, o Imposto de Valor Agregado (IVA) dual. O projeto deve ser apresentado nesta semana do dia 20/07 ao Congresso¹⁹.

As incertezas no retorno às aulas e desafios à educação

O MEC anunciou um protocolo de segurança com a Portaria 572 de 1º de julho de 2020²⁰ que versa sobre o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino. Dentre as orientações estão medidas de prevenção individual e coletiva, tais como uso de máscaras de proteção, respeito às regras de distanciamento social e etiqueta respiratória, disponibilização e uso de álcool em gel 70%, aferição de temperatura. Estudantes e profissionais do grupo de risco devem manter o ensino e trabalho a distância.

[previdencia/2020/07/programa-emergencial-de-manutencao-do-emprego-e-prorrogado](#)

¹⁷Lei nº 14.020 de 6 de julho de 2020. Acesso em 20 de julho de 2020. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14020.htm

¹⁸Pandemia força Brasil a discutir adoção da renda básica de cidadania. Acesso em 18 de julho de 2020. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/07/pandemia-forca-brasil-a-discutir-adoacao-da-renda-basica-de-cidadania>

¹⁹ Projeto de reforma tributária deve ser entregue amanhã sem citar nova CPMF.

Acesso em 20 de julho de 2020. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/07/20/interna_politica.873530/reforma-tributaria-deve-ser-entregue-sem-citar-nova-cpmf.shtml

²⁰ PORTARIA Nº 572, DE 1º DE JULHO DE 2020. Acesso em 20 de julho de 2020.

Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-572-de-1-de-julho-de-2020-264670332>

Além disso a portaria recomenda a constituição de comissões locais com a comunidade escolar para definição e adoção de protocolos locais, considerando os contextos de pandemia nos diferentes estados e municípios²¹.

Em junho alguns estados começaram a acenar para a possibilidade de retorno às aulas presenciais no segundo semestre. De acordo com informações divulgadas pelo Correio Braziliense em 18 de julho de 2020²², o Distrito Federal seria o primeiro a retomar as aulas presenciais. Para agosto, anunciaram também uma previsão de retorno os estados do Maranhão, Tocantins, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte. Para setembro, dentre os que indicaram uma possibilidade de volta às aulas presenciais estão São Paulo, Paraná, Acre, Piauí. Os protocolos anunciados por estados têm absorvido orientações da portaria 572 do MEC.

A proposta que tem sido anunciada pelo Distrito Federal prevê rodízio de alunos nas turmas presenciais e janelas abertas para ventilação²³. Os alunos do EJA seriam os primeiros a retornar em 31 de agosto, de acordo com cronograma proposto, seguidos dos alunos de ensino médio. São Paulo, por sua vez, solicitou uma reavaliação da volta às aulas para setembro depois da projeção de que as mortes entre crianças abaixo de 5 anos poderiam chegar a 17 mil no Brasil até o final no ano em caso de um retorno às aulas presenciais precipitado; essas projeções foram feitas por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas²⁴.

Em paralelo a estas discussões e incertezas de volta às aulas, está a discussão sobre aprovação do FUNDEB que vence no final do ano. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação foi criado pela Emenda Constitucional 53 com duração limitada (2007-

²¹ MEC define protocolo de segurança para volta às aulas. Acesso em 20 de julho de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/mec-define-protocolo-de-seguranca-para-volta-aulas>

²² Onze estados e DF já têm previsão para aulas presenciais. Acesso em 18 de julho de 2020. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/07/18/interna-brasil,873253/onze-estados-e-df-ja-tem-previsao-para-aulas-presenciais.shtml>

²³ DF vai fazer rodízio de alunos e medir temperatura na volta às aulas. Acesso em 19 de julho de 2020. Disponível em:

<https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/07/18/termometro-aplicativo-rodizio-de-alunos-desafios-do-df-na-volta-as-aulas.htm>

²⁴ Após projeção de aumento de mortes por Covid-19 entre crianças, governo de SP pede para comitê reavaliar volta às aulas. Acesso em 20 de julho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/16/apos-projecao-de-aumento-de-mortes-por-covid-19-entre-criancas-governo-de-sp-pede-para-comite-reavaliar-volta-as-aulas.ghtml>

2020)²⁵. No formato do “novo” FUNDEB estaria a transformação do fundo em uma política nacional permanente de financiamento da Educação Básica. Um dos dados apontados por um estudo técnico da Câmara de Deputados é a desigualdade de investimentos entre os municípios que chega à 564% entre os municípios que investem mais e os que investem menos. O “novo” FUNDEB propõe que os recursos sejam distribuídos levando-se em consideração a situação individual de cada município.

Um dos principais embates postos sobre a aprovação do FUNDEB para manutenção do financiamento da educação básica é sobre quem deve pagar pelo investimento que mobiliza R\$ 150 bilhões anuais do fundo. Atualmente, 90% dos recursos são provenientes de impostos estaduais e municipais; a União é responsável por 10% da composição dos recursos. A proposta é que os investimentos da União aumentassem para no mínimo 15% até o teto de 20% até 2026²⁶.

A proposta do Executivo, ainda colocou a possibilidade de que as regras de financiamento do FUNDEB passassem a valer somente em 2022 (ano de eleições federais), o que significaria um ano sem investimentos. Além disso, os recursos, na proposta do atual Executivo, seriam repartidos com o Programa Renda Brasil, o que representa um corte de recursos investidos na Educação Básica e não ampliação²⁷.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) adiou as despesas de bolsista internacionais previstas para 2020, sendo mantidas somente as bolsas atuais²⁸. O corte de verbas ao ensino superior já havia sofrido uma redução de 30% em algumas instituições em 2019, como Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e

²⁵ A votação do novo Fundeb: em busca da educação que precisamos. Acesso em 20 de julho de 2020. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/a-votacao-do-novo-fundeb-em-busca-da-educacao-que-precisamos/>

²⁶ O que é o Fundeb, fundo para a educação que terá votação no Congresso. Acesso em 20 de julho de 2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/bbc/2020/07/15/o-que-e-o-fundeb-fundo-para-a-educacao-que-tera-votacao-no-congresso.htm>

²⁷ Proposta do governo para Fundeb é para comprar voto em 2022, diz presidente de comissão da PEC. Acesso em 20 de julho de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/07/proposta-do-governo-para-fundeb-e-para-comprar-voto-em-2022-diz-presidente-de-comissao-da-pec.shtml>

²⁸ Capes afirma que, devido à pandemia, adiou bolsas internacionais deste ano. Acesso em 19 de julho de 2020. Disponível em: https://gazetaweb.globo.com/porta1/noticia/2020/07/capes-afirma-que-devido-a-pandemia-adiou-bolsas-internacionais-deste-ano_109890.php

Universidade de Brasília (UNB)²⁹. Agora o contexto da pandemia tem sido a justificativa dos contingenciamentos.

No âmbito estadual, universidades também sofreram cortes, exemplo disso é o Paraná, cuja redução dos recursos às instituições estaduais no terceiro trimestre chega à 35%, caso da Unicentro³⁰. Neste contexto de redução orçamentária, algumas instituições já começaram a demitir funcionários, atingindo especialmente trabalhadores terceirizados e temporários.

Por fim, a conjuntura de julho marcou o anúncio 4º Ministro da Educação, em pouco mais de um ano e meio do governo Bolsonaro. Pastor, o novo ministro Milton Ribeiro, assumiu dizendo que tem compromisso com o ensino laico. Antes de assumir a pasta, circulou um vídeo de Milton Ribeiro gravado em 2006, no qual defendia a educação pela dor com a vara da disciplina. Porém, o atual ministro contesta que faça apologia ao uso da violência na educação. O desafio está na construção de diálogo com a categoria, estratégias coordenadas na pasta, além da queda de recursos para a área³¹. Antes de assumir o cargo, o ministro deve passar por uma sabatina no Congresso.

²⁹ MEC corta verba de três universidades federais. Acesso em 19 de julho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/30/mec-corta-verba-de-tres-universidades-federais-mas-nao-explica-motivo.ghtml>

³⁰ Governo do PR corta verbas de Universidades Estaduais. Acesso em 20 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/governo-do-pr-corta-verbas-de-universidades-estaduais/>

³¹Pastor, novo ministro da Educação promete ensino público laico. Acesso em 20 de julho de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/07/pastor-novo-ministro-da-educacao-promete-ensino-publico-laico.shtml>